

Despacho Normativo n.º 73/89 (*Diário da República*, 1.ª série, n.º 178, de 4 de Agosto de 1989) — Estatutos da Universidade do Porto.

Despacho Normativo n.º 23/2001 (*Diário da República*, 1.ª série, n.º 114, de 17 de Maio de 2001) — Primeira alteração aos Estatutos da Universidade do Porto.

Diário da República, 2.ª série, n.º 201, de 30 de Agosto de 2001 — regulamento orgânico e quadro da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

Diário da República, 2.ª série, n.º 106, de 8 de Maio de 1995 — estatutos da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril — modernização administrativa.

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho — carreiras.

Decreto-Lei n.º 465/80, de 14 de Outubro (artigo 3.º) — idem.

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho — idem.

Decreto-Lei n.º 275/95, de 25 de Outubro (altera o Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho) — idem.

Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 214/83, de 25 de Maio) — regime de aposentação.

Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro — ADSE.

Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio — prestações familiares.

Portaria n.º 183/2005, de 15 de Fevereiro — valores das prestações familiares para 2005.

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro — Código do Procedimento Administrativo.

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro — estatuto disciplinar.

Carta Deontológica do Serviço Público, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93, publicada no *Diário da República* 1.ª série-B, n.º 64, de 17 de Março de 1993.

Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho — Estatuto da Carreira Docente Universitária. Alterações: Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho (artigo 12.º).

Decreto-Lei n.º 145/87, de 24 de Março — regime de dedicação exclusiva, vencimentos e remunerações.

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro — estatuto remuneratório.

Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro — idem.

Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro — estabelece regras sobre o regime remuneratório do pessoal docente universitário.

Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro — idem.

Decreto-Lei n.º 191-E/79, de 26 de Junho — reversão de vencimento de exercício.

Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho — gestão de pessoal, remunerações.

Lei n.º 25/98, de 26 de Maio — idem.

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março — regime de férias, faltas e licenças.

Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto — idem.

Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio — idem.

Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio — idem.

Lei n.º 4/84, de 5 de Abril — maternidade e assistência a familiares.

Decreto-Lei n.º 17/95, de 9 de Junho — idem.

Decreto-Lei n.º 194/96, de 16 de Outubro — maternidade.

Lei n.º 18/98, de 28 de Abril — idem.

Decreto Regulamentar n.º 41/90, de 29 de Novembro — juntas médicas.

Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto — horário de trabalho.

Declaração de Rectificação n.º 13-E/98 (*Diário da República*, 1.ª série, n.º 200, de 31 de Agosto de 1998) — idem.

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho — recrutamento e selecção.

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro — relação jurídica de emprego.

Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro — idem.

Decreto-Lei n.º 175/98, de 2 de Julho — idem.

Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho — idem.

Decreto-Lei n.º 496/80, de 20 de Outubro — subsídios de férias e de Natal.

Despacho Normativo n.º 389/80, de 31 de Dezembro (*Diário da República*, 1.ª série, n.º 301) — idem

Decreto-Lei n.º 184/91, de 17 de Maio, altera o Decreto-Lei n.º 496/80, de 20 de Outubro — idem.

Contabilidade pública

Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro — classificação das receitas e das despesas públicas.

Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março — empreitadas de obras públicas.

Decreto-Lei n.º 242/2004, de 31 de Dezembro — retribuição mínima mensal garantida.

Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril — ajudas de custo no País.

Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de Julho — ajudas de custo no estrangeiro.

Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho — aquisição de bens e serviços.

Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro — bases da contabilidade pública.

Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto — enquadramento orçamental.

Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro — dívidas à segurança social e ao fisco.

Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro — Plano Oficial da Contabilidade Pública.

Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho — regime da administração financeira do Estado.

Decreto-Lei n.º 113/95, de 25 de Maio — alterações ao Decreto-Lei n.º 155/92

Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho — regime de tesouraria do Estado.

Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril — cadastro e inventário dos bens do Estado (CIB).

Portaria n.º 42/2001, de 19 de Janeiro — aprova orientações às normas de inventário.

Serviços académicos

Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro — regimes especiais.

Portaria n.º 854-A/99, de 4 de Outubro — idem.

Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro — idem.

Decreto-Lei n.º 99/99, de 30 de Março — idem.

Decreto-Lei n.º 152/91, de 23 de Abril.

Decretos-Leis n.ºs 55/96, de 22 de Maio, e 328/97, de 27 de Novembro — dirigente associativo.

Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio — atletas de alta competição.

Decreto-Lei n.º 123/96, de 10 de Agosto — idem.

Portaria n.º 371/98, de 29 de Junho — idem.

Portaria n.º 612/93, de 29 de Junho — reingresso, mudança de curso e transferência.

Portaria n.º 317-A/96, de 29 de Julho — idem.

Portaria n.º 953/2001, de 9 de Agosto — idem.

Portaria n.º 1152/2002, de 28 de Agosto — idem.

Decreto-Lei n.º 358/70, de 29 de Julho — alunos militares.

Portaria n.º 574/71, de 20 de Outubro — idem.

Portaria n.º 445/71, de 20 de Agosto — idem.

Lei n.º 116/97, de 4 de Novembro — Estatuto do Trabalhador-Estudante.

Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro — mestrados e doutoramentos.

Diário da República, 2.ª série, n.ºs 94 e 163, de 22 de Abril de 1993 e de 17 de Julho de 2000, respectivamente — regulamento dos mestrados e doutoramentos.

Diário da República, 2.ª série, n.º 169, de 24 de Julho de 1995 — altera os artigos 18.º, 23.º e 25.º do Regulamento do Doutoramento pela Universidade do Porto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 22 de Abril de 1993.

Diário da República, 2.ª série, n.º 286, de 12 de Dezembro de 2003 — altera os artigos 13.º e 22.º do Regulamento do Doutoramento pela Universidade do Porto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 22 de Abril de 1993.

Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho — equivalências (habilitações estrangeiras).

Decreto-Lei n.º 216/97, de 18 de Agosto — idem.

Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho — equivalências (habilitações nacionais).

Faculdade de Engenharia

Despacho (extracto) n.º 5250/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Janeiro de 2005 do director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Doutor José Alfredo da Silva Matos — concedida a equiparação a bolseiro no estrangeiro, de 25 a 27 de Janeiro de 2005.

23 de Fevereiro de 2005. — O Responsável pela Divisão de Recursos Humanos, *José Fernando Oliveira*.

Despacho (extracto) n.º 5251/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Fevereiro de 2005 do director da Faculdade de Engenharia